

A história das Eleições

Partidos políticos e voto feminino no Brasil

The History of Elections

Political Parties and Women's Suffrage in Brazil

Jarbas Bezerra

Juiz emérito, ex-membro da Corte do TRE/RN. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor da UFRN.
E-mail: jarbasbezerra10@gmail.com

RESUMO: Este artigo faz um percurso entre a história das eleições e dos partidos políticos e o voto feminino no Brasil. Durante o período colonial, a participação política foi restrita a uma pequena elite composta principalmente por homens brancos proprietários de terras, enquanto as mulheres e as populações indígena e negra eram excluídas do processo eleitoral, marcado então por práticas antidemocráticas como o denominado “voto de cabresto”, por meio do qual coronéis locais manipulavam os eleitores – uma prática que perdurou por muitos anos, até a consolidação do sistema eleitoral contemporâneo. Com a redemocratização, após o regime ditatorial de 1964–1985, o sistema partidário adquiriu nova configuração, caracterizada pela criação de diversas siglas, que passaram a representar uma ampla variedade de ideologias. O artigo destaca a importância de se reconhecer e promover a inclusão das mulheres no processo político, haja vista a conquista do direito ao voto feminino apenas ter ocorrido em 1932, embora com restrições, só vindo a ser definitivamente garantido sem limitações com a Constituição de 1946, que garantiu às mulheres a igualdade de representação e a participação no processo eleitoral brasileiro.

Palavras-chave: Eleições. Partidos políticos. Voto feminino.

ABSTRACT: This article traces the history of elections, political parties, and women's suffrage in Brazil. During the colonial period, political participation was restricted to a small elite composed mainly of white male landowners, while women and Indigenous and Black populations were excluded from the electoral process, which was then marked by undemocratic practices such as the so-called "voto de cabresto" ("controlled vote"), through which local coronéis manipulated voters – a practice that endured for many years until the consolidation of the contemporary electoral system. With the re-democratization following the dictatorial regime of 1964–1985, the party system acquired a new configuration, characterized by the creation of several acronyms that came to represent a wide variety of ideologies. The article highlights the importance of recognizing and promoting the inclusion of women in the political process, given that the achievement of women's right to vote only occurred in 1932, albeit with restrictions, and was definitively guaranteed without limitations only with the 1946 Constitution, which ensured women equal representation and participation in the Brazilian electoral process.

KEYWORDS: Elections. Political parties. Women's rage.

1 História das Eleições

A história das eleições no Brasil é reflexo da complexa formação social, política e cultural do país. Desde a colonização, as práticas de escolha e representação foram moldadas por uma diversidade de influências, incluindo as culturas indígenas e a relação com o colonizador português. Neste artigo, iremos explorar as raízes das eleições no Brasil, iniciando com a colonização e as tradições e práticas administrativas dos colonizadores, passando pela conquista do voto feminino.

A chegada dos portugueses ao Brasil em 1500 marcou o início de um novo capítulo na história da América do Sul. A colonização não apenas trouxe um novo idioma e cultura, mas também impôs uma nova estrutura de poder. Os portugueses estabeleciam capitânias hereditárias, que eram vastas porções de terra concedidas a nobres para colonizar e administrar.

A partir de 1532, as primeiras vilas e cidades começaram a ser fundadas, e com elas surgiram as primeiras formas de administração local. A administração portuguesa era centralizada e autoritária, com pouca ou nenhuma voz para os indígenas ou para os colonos comuns. O governante era o rei de Portugal, e as decisões eram tomadas em Lisboa. Contudo, a necessidade de governança local levou à criação de algumas instituições, como as câmaras municipais, que surgiram como um primeiro passo em direção à representação política.

Antes da chegada dos europeus, as sociedades indígenas já possuíam suas próprias formas de organização e tomada de decisões.

Tribos como os tupinambás e os guaranis tinham líderes que eram escolhidos com base em características como coragem, sabedoria e habilidade de liderança, embora os processos de escolha variassem em diferentes grupos.

Com a colonização, o contato com os indígenas influenciou, de certa forma, a percepção dos colonizadores sobre a liderança e a organização social. A resistência e a luta dos indígenas contra a colonização também foram fatores que moldaram as práticas eleitorais, uma vez que os portugueses precisavam lidar com a diversidade cultural e as demandas de um povo que não se submetia facilmente.

As câmaras municipais foram criadas no Brasil colonial como uma forma de administração local. A primeira câmara foi estabelecida em 1532, em São Vicente, e ao longo do século XVI outras câmaras foram fundadas em diversas localidades. Esses órgãos eram compostos por vereadores eleitos, mas o direito ao voto era restrito a um pequeno grupo de cidadãos, geralmente homens brancos e proprietários de terras. A participação popular nas eleições era, portanto, extremamente limitada.

As câmaras tinham funções administrativas e judiciais, além de servirem como um canal para a representação das demandas locais. No entanto, a verdadeira influência política ainda estava concentrada nas mãos do governo colonial e da elite local, que controlavam a maioria das decisões.

Com o passar do tempo, as eleições nas câmaras municipais foram organizadas de maneira mais formal. O sistema de voto era censitário, ou seja, baseado na propriedade e na renda. Somente aqueles que possuíam terras ou riqueza podiam votar, o que excluía a grande maioria da população, incluindo indígenas, escravizados e até muitos colonos pobres. Essa exclusão social moldou a política colonial e refletiu as desigualdades presentes na sociedade.

As eleições eram frequentemente marcadas por fraudes e manipulações, com a elite local exercendo controle sobre os resultados. A falta de um sistema eleitoral justo e transparente contribuiu para uma crescente insatisfação entre grupos marginalizados, que sentiam que suas vozes não eram ouvidas.

A resistência indígena e a luta pela autonomia foram constantes durante o período colonial. Tribos indígenas frequentemente se uniam em confederações para lutar contra a opressão colonial. Essas lutas influenciaram a percepção dos colonizadores sobre a necessidade de um sistema político que considerasse as realidades locais.

Além disso, os escravos trazidos da África começavam a apresentar resistência, buscando liberdade e formas de organização. A luta dos negros e indígenas pela autonomia desafiava a estrutura colonial e suas práticas eleitorais restritivas.

As eleições no Brasil durante o período colonial foram um reflexo das complexas interações entre colonizadores, indígenas e escravizados, assim como das desigualdades sociais que permeavam a sociedade. Embora as câmaras municipais representassem um passo em direção à organização política, a exclusão de grandes segmentos da população e a manipulação das eleições mostraram que a verdadeira representação ainda estava distante.

A influência das culturas indígenas e as práticas dos colonizadores moldaram as bases do que se tornaria o sistema eleitoral brasileiro. A luta por voz e representação, que se intensificou ao longo do tempo, seria um tema recorrente na história política do Brasil, culminando nas transformações que viriam a ocorrer nas décadas seguintes.

Essa apreciação se torna necessária para compreender as práticas eleitorais contemporâneas, analisando-se essas influências iniciais, que continuam a ressoar na dinâmica política do país até os dias de hoje.

O Brasil, após a independência de Portugal em 1822, instaurou o regime monárquico, que durou até 1889. O império do Brasil foi marcado por uma série de transformações políticas, sociais e econômicas que moldaram a nação em seus primeiros anos como um país soberano. A Constituição de 1824, a primeira do Brasil, desempenhou papel crucial na estruturação do Estado e nas práticas eleitorais, influenciando significativamente a sociedade da época.

A declaração de independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, liderada pelo príncipe regente Dom Pedro I, resultou na formação de um império. A nova estrutura política buscava consolidar a autonomia do Brasil e garantir estabilidade em um contexto de incertezas. A monarquia foi vista como uma alternativa viável para evitar a fragmentação territorial e a instabilidade política que caracterizavam a América Latina no início do século XIX.

A Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I, foi um marco na história política brasileira. Ela estabeleceu o Brasil como uma monarquia constitucional, definindo os poderes do Estado, delineando os direitos e deveres dos cidadãos; entretanto, um dos aspectos mais controversos da Constituição foi a do Poder Moderador, atribuído ao imperador. Esse poder permitia a D. Pedro intervir nas decisões dos

outros poderes, conferindo-lhe uma influência significativa sobre a política nacional.

As eleições eram limitadas a uma parcela da população, já que o direito de voto era condicionado à renda e à propriedade. Essa restrição excluía a maior parte da população, especialmente os escravizados e os pobres, refletindo a hierarquia social da época. A Constituição previa a criação de uma Assembleia Geral composta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. No entanto, as eleições eram frequentemente marcadas por fraudes e manipulação, o que comprometia a representatividade do sistema.

As eleições no Brasil imperial tiveram impactos profundos na sociedade, refletindo as tensões entre diferentes grupos sociais e políticos. A exclusão da maioria da população do processo eleitoral resultou em um sistema que beneficiava as elites, que se mantiveram no poder ao longo do período imperial. Isso perpetuou desigualdades sociais e econômicas, dificultando a ascensão social das classes mais baixas.

A exclusão política impulsionou a mobilização de diversos grupos sociais, levando ao surgimento de movimentos que lutavam por direitos e por uma maior participação política. Como exemplo disso, podemos mencionar as revoltas dos escravizados e os movimentos abolicionistas que ganharam força nas últimas décadas do império.

A centralização do poder no Rio de Janeiro e a marginalização de outras regiões do Brasil geraram tensões regionais. As províncias muitas vezes se sentiam desassistidas e excluídas do processo político, o que culminou em movimentos separatistas e insurreições. A luta pela abolição da escravidão, que culminou na Lei Áurea, de 1888, foi um reflexo das mudanças sociais e políticas que ocorreram durante o Império. A exclusão dos escravizados do processo eleitoral e a luta por direitos civis alimentaram um contexto de transformação social.

O Império no Brasil foi um período de profundas transformações e contradições. A Constituição de 1824, embora tenha estabelecido as bases de um Estado moderno, também perpetuou desigualdades e exclusões que marcaram a sociedade da época.

As eleições, limitadas e frequentemente manipuladas, refletiam os interesses das elites, enquanto as demandas por justiça social e participação política emergiam entre os grupos marginalizados. A história do Império e suas eleições não podem ser compreendidas sem considerar esses fatores sociais, que moldaram o Brasil em sua transição de colônia para uma nação soberana. O legado desse período

continua a influenciar a política e a sociedade brasileira até os dias atuais.

A transição do Brasil Império para a República, consumada em 15 de novembro de 1889, representa um marco crucial na história política do país. Esse novo regime não apenas alterou a estrutura governamental, mas também trouxe mudanças significativas nas práticas eleitorais e na forma como os cidadãos participam da política.

A Proclamação da República foi o resultado de uma série de insatisfações com o governo imperial que culminaram em um movimento liderado por militares e civis que desejavam a modernização do país. A nova Constituição de 1891 estabeleceu um regime federativo e um sistema presidencialista inspirado em modelos norte-americanos e europeus.

Nos primeiros anos da República, o voto era restrito a homens alfabetizados e com renda mínima, o que limitava a participação política a uma pequena elite. Essa exclusão refletia uma sociedade profundamente desigual, em que a maioria da população, composta por analfabetos e trabalhadores rurais, estava à margem do processo eleitoral.

Durante a Primeira República, conhecida como a “República das Espadas” e posteriormente como “República Velha”, o sistema político foi dominado pelas oligarquias regionais. As eleições eram frequentemente manipuladas por meio da prática do “voto de cabresto”, que possibilitava aos “coronéis” locais exercerem controle sobre os eleitores. A fraude eleitoral era comum e a participação popular era limitada.

As eleições realizavam-se a cada quatro anos, mas a legitimidade do processo era questionada devido à corrupção e à falta de transparência. Em 1917, a Lei das Eleições foi aprovada, mas não trouxe mudanças significativas, mantendo o caráter elitista e excludente do sistema.

A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, resultou em profundas mudanças na política brasileira. Vargas assumiu o poder e instaurou um governo provisório, que culminaria na Constituição de 1934. Essa nova Constituição introduziu o voto secreto e a possibilidade do voto para as mulheres, embora de implementação gradual, o que será visto mais adiante.

O período do Estado Novo (1937-1945) viu a concentração de poder nas mãos de Vargas e a suspensão das eleições. A Constituição de 1937 outorgou poderes excepcionais ao presidente, e o processo eleitoral foi interrompido. As práticas democráticas foram substituídas

por um regime autoritário e a participação popular foi severamente restringida.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a pressão por redemocratização, Vargas foi deposto em 1945 – e novas eleições foram convocadas. A Constituição de 1946 restaurou os direitos políticos e estabeleceu um sistema eleitoral mais justo; o voto tornou-se obrigatório e a legislação buscou garantir igualdade de direitos a todos os cidadãos.

Nesse período, as eleições de 1947 e 1950 foram marcadas por maior participação popular, embora ainda houvesse desafios, como a influência de grupos econômicos e políticos nas eleições.

Em 1964, um golpe militar depôs o presidente João Goulart, instaurando uma ditadura que duraria até 1985. Durante esse período, as eleições foram suspensas e a repressão política foi intensa. O regime implementou censura, perseguições e torturas, limitando severamente a participação popular.

A Lei de Anistia de 1979 e a crescente pressão popular levaram à redemocratização do país e ao restabelecimento das eleições diretas. A Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, representou um novo capítulo na história política do Brasil. Ela garantiu direitos fundamentais, estabeleceu o voto direto e obrigatório e criou mecanismos para a proteção da democracia e da participação cidadã.

Nas décadas seguintes, o Brasil vivenciou uma série de eleições diretas, com o fortalecimento dos partidos políticos e a ampliação da participação da sociedade civil. O sistema eleitoral passou a incluir a possibilidade da obrigatoriedade de votos vinculados e a implementação de cotas para mulheres e minorias.

Nos últimos anos, o Brasil enfrentou desafios significativos e a desinformação tem impactado o processo eleitoral, enquanto o debate sobre a reforma política e a transparência nas eleições continua a ser relevante.

A participação popular nas eleições é vital à saúde da democracia. O Brasil vem observando um aumento do engajamento social, mas necessita também de um aumento no engajamento cidadão, principalmente entre jovens. O futuro das eleições e da própria democracia brasileira dependerá da continuidade desse engajamento e da disposição da sociedade para enfrentar os desafios que ainda persistem.

2 Partidos políticos

No tocante à criação dos partidos políticos no Brasil, em magistral artigo, a jornalista Anna Carolina Romano (*apud* # diretodoblog) faz diversas e importantes colocações sobre estes, valendo a pena citá-las:

Os partidos políticos representam um pilar fundamental na construção das sociedades globais. Isso porque desde o início das civilizações as agremiações políticas já se apresentavam de maneira relevante ao unir grupos para a defesa de interesses comuns. Esse fenômeno pode ser observado mesmo em períodos mais remotos, quando Grécia e Roma, por exemplo, já contavam com grupos de seguidores de uma doutrina ou até de uma ideia. A evolução desse modelo fez com que o partido político, como é constituído na atualidade, ganhasse ainda mais espaço e notoriedade, tornando-se um importante instrumento para a organização e o estabelecimento da democracia representativa.

É inquestionável que a história dos partidos políticos no Brasil é rica e complexa, refletindo as transformações sociais, econômicas e políticas do país ao longo dos séculos. Desde o período colonial até os dias atuais, os partidos têm desempenhado papel fundamental na formação da democracia e na representação dos interesses diversos da população.

Durante o Período Colonial e o Primeiro Império (1500-1889), o Brasil não tinha partidos políticos organizados tais como os conhecemos hoje. A política era dominada por interesses da Coroa Portuguesa e a administração colonial. Com a chegada da independência, em 1822, o país começou a se estruturar politicamente.

O primeiro partido político brasileiro, o Partido Brasileiro, surgiu durante o Primeiro Império, em 1822, defendendo os interesses da monarquia e da elite agrária.

O cenário político da época era marcado pela polarização entre o Partido Brasileiro e o Partido Liberal, que representava os interesses dos comerciantes e da burguesia urbana. A disputa entre esses dois grupos culminou em guerras civis, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845), que foi uma revolta dos gaúchos contra o governo central.

Com a Proclamação da República em 1889, o Brasil passou a ter um sistema de partidos mais estruturado. O período da República Velha foi dominado pelo Coronelismo, em que os líderes locais

(“coronéis”) controlavam as eleições e a política regional. Os principais partidos da época eram o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM), que se alternavam no poder por meio da denominada Política do Café com Leite, uma aliança entre São Paulo e Minas Gerais.

A instabilidade política e os conflitos sociais, como a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910), mostraram a fragilidade do sistema político. A insatisfação popular levou ao surgimento de novas correntes políticas, como o socialismo e o anarquismo, que começaram a organizar movimentos de trabalhadores.

Em 1930 (início da Era Vargas, que perdurou até 1945), Getúlio Vargas chegou ao poder após um golpe de estado, iniciando um período de centralização política e autoritarismo. Vargas estabeleceu o Estado Novo em 1937, quando dissolveu todos os partidos políticos e instituiu uma nova Constituição. Nesse período, surgiram novos movimentos, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), que defendia um nacionalismo radical, e a Aliança Nacional Libertadora (ALN), que tinha orientação mais à esquerda.

A Era Vargas foi marcada por profundas transformações sociais e econômicas, com a industrialização e a urbanização do Brasil, além de uma crescente mobilização dos trabalhadores. Após a queda de Vargas em 1945, o país passou a restabelecer os partidos políticos.

A década de 1940 e 1950 foi marcada pelo fortalecimento dos partidos políticos. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas, representava os trabalhadores e os sindicatos, enquanto a União Democrática Nacional (UDN) se posicionava como um partido da elite e dos interesses liberais. A fragmentação política aumentou, com o surgimento de vários partidos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

As tensões políticas culminaram em um ambiente de instabilidade, resultando no golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura no país.

Durante o regime militar, os partidos políticos foram suprimidos. A Arena (Aliança Renovadora Nacional) foi criada como partido de apoio ao regime, enquanto o MDB funcionava como uma oposição controlada. A repressão política e a censura marcaram esse período, com a perseguição a opositores e a violação de direitos humanos.

A insatisfação popular com a ditadura cresceu ao longo da década de 1980, levando a um movimento por redemocratização.

Com o fim da ditadura em 1985, o Brasil passou a experimentar um novo momento democrático. A Constituição de 1988 garantiu direitos civis e políticos e estabeleceu um sistema multipartidário. Novos partidos surgiram, como o Partido dos Trabalhadores (PT), que se destacou como força significativa na política brasileira dos anos 2000, sob a liderança de Luiz Inácio da Silva.

O sistema político brasileiro, no entanto, também enfrentou desafios, como a corrupção, a fragmentação partidária e a polarização. As crises políticas, como o *impeachment* de Fernando Collor de Mello em 1992, que expôs a fragilidade das instituições e a corrupção endêmica, levaram à desilusão com os partidos tradicionais e à ascensão de novos movimentos, incluindo os de direita e de esquerda, que buscavam representar interesses mais específicos da sociedade.

Nos anos 2000, a ascensão do PT à Presidência, com Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe uma nova era de políticas sociais e econômicas, mas também expôs desafios, como a corrupção. O escândalo do Mensalão, em 2005, abalou a confiança nas instituições políticas e fez crescer o debate sobre a ética e a transparência nos partidos.

Em 2013, protestos em massa ocorreram no Brasil, refletindo descontentamento com a corrupção, a má qualidade dos serviços públicos e a falta de representatividade. Esses movimentos sociais tiveram impacto significativo nas eleições subsequentes e na formação de novos partidos, incluindo a ascensão do Movimento Brasil Livre (MBL) e de candidatos independentes.

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, também do PT, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representaram mudanças drásticas no cenário político. Bolsonaro capitalizou o descontentamento popular com a corrupção e as instituições tradicionais, promovendo uma agenda de direita e nacionalista.

Hoje, o sistema partidário é caracterizado por uma alta fragmentação de partidos registrados e pela dificuldade em se formar coalizões estáveis. A polarização política se intensificou, refletindo divisões ideológicas profundas na sociedade. A corrupção continua sendo um tema central, afetando a confiança do eleitorado nos partidos.

A evolução dos partidos políticos é decorrência de todo esse processo histórico, tanto é que lideramos o *ranking* mundial de partidos, com a estrondosa quantidade de 29 instituições partidárias com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essas agremiações vão a seguir elencadas.

1. Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
2. Partido Democrático Trabalhista (PDT)
3. Partido dos Trabalhadores (PT)
4. Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
5. Partido Socialista Brasileiro (PSB)
6. Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
7. Agir (AGIR)
8. Mobilização Nacional (MOBILIZA)
9. Cidadania (CIDADANIA)
10. Partido Verde (PV)
11. Avante (AVANTE)
12. Progressistas (PP)
13. Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)
14. Partido Comunista Brasileiro (PCB)
15. Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)
16. Democracia Cristã (DC)
17. Partido da Causa Operária (PCO)
18. Podemos (PODE)
19. Republicanos (REPUBLICANOS)
20. Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
21. Partido Liberal (PL)
22. Partido Social Democrático (PSD)
23. Solidariedade (SOLIDARIEDADE)
24. Partido Novo (NOVO)
25. Rede Sustentabilidade (REDE)
26. Partido da Mulher Brasileira (PMB)
27. Unidade Popular (UP)
28. União Brasil (UNIÃO)
29. Partido Renovação Democrática (PRD)

3 Voto feminino no Brasil

As mulheres começaram sua luta política para terem direito ao voto no final do século XIX. O voto feminino no Brasil se deu por meio do movimento sufragista ligado ao feminismo. O movimento era, inicialmente, por acesso à cidadania e para haver participação na escolha dos representantes do povo. No Brasil, o voto feminino surgiu no governo de Getúlio Vargas, por meio do decreto que instituiu o Código Eleitoral de 1932, mas era facultativo, ao contrário do voto masculino, que era obrigatório. Somente em 1934, o voto feminino foi inserido em nossa Constituição.

Por muitos anos, a mulher não era considerada um sujeito de direito ou político, o que dificultava suas reivindicações no plano legal e social, fazendo com que suas exigências soassem descabidas. Por isso, a conquista do voto feminino representou um avanço no campo democrático.

Além dos constrangimentos a que foram submetidas as mulheres, a legislação continuava a barrar grande parte da população. Saliendo-se ainda que a maior parte da população feminina (cerca de 65%) era analfabeta.

A luta pelo direito ao voto feminino foi bastante influenciada pelo movimento feminista dos Estados Unidos e da Europa. A conquista do sufrágio feminino em 1918, na Inglaterra, e em 1920, nos Estados Unidos, abriu novos horizontes para o Brasil.

A feminista Bertha Lutz sempre se colocou a favor do voto das mulheres e se posicionava contra aqueles que argumentavam que haveria “prejuízo do lar com a adoção do voto feminino”, sob a alegação de que isso só faria sentido se dirigido às mulheres casadas e ricas, uma vez que as mulheres que dependiam do trabalho para seu sustento material já estavam (ao menos desde a década de 1920) no espaço público, trabalhando nas fábricas.

Ressalte-se que o direito ao voto feminino na Constituição Federal de 1934 era restrito às mulheres com educação superior e remuneradas. Somente com a Constituição de 1946 é que foi ampliado a todas as mulheres, sendo retiradas as restrições.

A luta das mulheres por direitos e pela equiparação de gênero ganhou amplitude a partir do século XIX, haja vista que antes disso elas não eram vistas como cidadãs plenas, ficando excluídas de diversos direitos civis, entre eles o voto eleitoral. Se não tinham direito ao voto, não podiam ser candidatas a nenhum cargo eletivo.

Apesar das discussões sobre o voto feminino já estarem presentes nos debates parlamentares de 1890, a atenção dada ao assunto e sua relevância começaram a crescer apenas a partir de 1900.

A luta das mulheres ocorreu não somente no Brasil, mas em todos os países ocidentais. Essa batalha por direito ao voto ficou conhecida como Movimento Sufragista. O primeiro movimento de luta das mulheres pelo direito ao voto, no país, deu-se em 1880. Tanto é que em 1881 os parlamentares brasileiros aprovaram uma lei que promovia uma grande reforma no sistema eleitoral brasileiro, denominada de Lei Saraiva, que deu abertura para que as mulheres pudessem exigir seu registro eleitoral.

A abertura legal dispunha de um artigo que afirmava que todo brasileiro dotado de título científico (título de eleitor) poderia votar. Com base nessa disposição, Isabel de Souza Mattos, dentista baiana, moradora de São José do Norte/RS, exigiu seu registro científico como eleitora em 1887, e seu pedido foi deferido. Em 1890, ela tentou exercer o direito de votar, entretanto não conseguiu, porque foi impedida pelo presidente da mesa no local de votação.

É importante lembrar que, diferentemente do caso dos analfabetos, não havia na Constituição de 1891 uma cláusula que impedisse as mulheres de se alistar. No entanto, mesmo sem a restrição explícita, as mulheres encontraram grandes dificuldades em se formalizar como eleitoras, ou seja, não havia impedimento formal ao voto das mulheres, pois na prática política a exclusão das mulheres era um pressuposto social.

A luta feminina pelo direito de votar encontrou espaços importantes, entre eles a imprensa escrita. No final do século XIX, foi criado um jornal no Rio de Janeiro escrito só por mulheres, denominado *A Família*. As principais publicações desse jornal eram artigos que faziam apologia ao voto feminino; entretanto, apesar de toda essa mobilização feminina no campo eleitoral, a Constituição de 1891 foi promulgada sem conceder o direito ao voto às mulheres.

No século XX, a professora Leolinda de Figueiredo Daltro passou a reunir-se com outras mulheres para defender o voto feminino e, no intuito de alcançar esse objetivo, decidiu fundar, em 1910, o Partido Republicano Feminino. Em 1920, as mulheres que lideravam a causa sufragista criaram a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), cuja associação passou a denominar-se Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e teve como grande nome Bertha Lutz.

No final da década de 1920, a causa feminina referente ao direito de votar sofreu grandes avanços. As mulheres ainda não haviam

conseguido o direito ao voto por uma lei federal, mas o voto feminino avançou em um estado brasileiro, demonstrando que a luta feminista pelo voto ganhava bastante legitimidade diante da sociedade. Além disso, uma mulher ocupou um cargo político pela primeira vez em nosso país.

No dia 25 de outubro de 1927, foi aprovada a Lei Estadual nº 660 no Estado do Rio Grande do Norte. Esclareça-se que essa lei só vigorava no território potiguar, determinando que as mulheres teriam direito ao voto. Representava um grande avanço para a causa sufragista e gerou grande repercussão nacional. Em face da supracitada Lei Estadual, a primeira mulher que se alistou como eleitora no Brasil foi a professora Celina Guimarães, na cidade de Mossoró/RN.

O Rio Grande do Norte também foi o pioneiro em outro fato envolvendo a luta feminina: Alzira Soriano foi a primeira mulher a ser eleita prefeita (1928) na América Latina, mais precisamente na cidade de Lajes. Durante a campanha, ela sofreu diversas ofensas misóginas, entretanto foi eleita com mais de 60% dos votos, assumindo o cargo em 1929. Sua gestão investiu no desenvolvimento de obras de infraestrutura, como a construção de estradas, escolas e melhorias no sistema de iluminação pública.

Alzira não conseguiu concluir seu mandato, sendo afastada da prefeitura com a Revolução de 1930, pois não concordava com o movimento que levou Getúlio Vargas à Presidência.

Alzira Soriano só voltou a ocupar outro cargo público eletivo em 1947, o de vereadora. Após sua morte, recebeu diversas homenagens, incluindo o diploma Mulher-Cidadã-Carlota Pereira de Queirós, outorgado pela Câmara dos Deputados, e o estabelecimento de um feriado municipal em sua cidade natal, Jardim de Angicos, na data de seu nascimento.

Em 2023, ela foi homenageada na novela *Amor Perfeito*, da Rede Globo, na qual foi interpretada pela atriz norte-rio-grandense Titina Medeiros, nascida em Acari/RN.

No dia 24 de fevereiro de 1932, entrou em vigor o Decreto nº 21.076, que instituiu o Código Eleitoral e estabeleceu a padronização para o sistema eleitoral do Brasil. Em face disso, as restrições de gênero ao voto foram abolidas, passando as mulheres brasileiras a ficarem aptas ao alistamento e ao voto.

A Constituição de 1988 garantiu e assegurou mais igualdade de direitos entre homens e mulheres, incluindo a proibição de discriminação em razão de gênero. Isso ajudou a aumentar a participação feminina na política.

A partir dos anos 2000, houve um aumento significativo no número de mulheres em cargos políticos, impulsionado por políticas de cotas que garantem uma porcentagem mínima de candidaturas femininas nas eleições.

As eleições municipais de 2020 mostraram um aumento na representação feminina, embora ainda estivesse abaixo do ideal. Em 2022, houve um grande debate sobre a participação feminina nas eleições, com a presença de várias mulheres em candidaturas à Presidência e ao Congresso.

Apesar dos avanços, as mulheres ainda enfrentam desafios significativos, como violência política, discriminação e desigualdade de gênero. A luta pela plena igualdade de direitos e representação continua, com movimentos sociais e políticas públicas buscando garantir que as mulheres tenham voz ativa na política brasileira.

A trajetória do voto feminino no Brasil é uma história de resistência e conquista, refletindo a luta contínua por igualdade e justiça social, atributos inseridos no âmbito da cidadania.

Referências

- ATALIBA, Geraldo. **República e Constituição**. São Paulo: RT, 1985.
- AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1982.
- AZEVEDO, Josephina Alvares de. **O voto feminino: a mulher moderna**. Brasília: Senado Federal, 2019.
- BARRETO, Lauro. **Comentário à Lei das Eleições**. São Paulo: Edipro, 2000.
- BEZERRA, Jarbas Antonio da Silva. **Propaganda eleitoral: história das Eleições no Brasil**. Natal: Probec, 2024.
- CÂNDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Edipro, 2004.
- CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, eleições e poder**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CONEGLIAN, Olivar. **Lei das Eleições comentada**. Curitiba: Juruá, 2004.
- LAENA, Roberta. **Fictícia: candidaturas de mulheres e violência política de gênero**. Fortaleza: Radiadora, 2020.
- NAZARIO, Diva Nolf. **Voto feminino e feminismo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1923.
- PAULA, Dídimo Inocência de. **Manual Prático das Eleições**. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.
- RAMAYANA, Marcos. **Direito Eleitoral**. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.